

O marinheiro negro Marcílio Dias: as muitas memórias de um cidadão exemplar*

The black sailer Marcílio Dias: the many memories of an exemplary citizen

Álvaro Pereira do Nascimento

é pesquisador de produtividade do CNPq e professor associado dos cursos de Graduação e pós-graduação em História da UFRRJ.

RESUMO

O artigo investiga a passagem de Marcílio Dias na Marinha de Guerra, desde seu recrutamento até sua morte na Batalha do Riachuelo, após dez anos de serviço militar. Analisa ainda como foi propagada a história de sua bravura na guerra, tornando-se uma memória reverenciada e lembrada pedagogicamente a estudantes civis e militares.

PALAVRAS-CHAVE: Marcílio Dias; Memória; Cidadão exemplar

ABSTRACT

This article focus on the Marcilio Dias' life in the Brazilian Navy, from recruitment until his death at the Battle of Riachuelo, after ten years of military service. It also analyzes how the history of his bravery in the war was spread, thus becoming a venerated memory and remembered pedagogically for civilian and military students.

KEYWORDS: Marcílio Dias; Memory; Model citizen

INTRODUÇÃO

Na atual Praça Paris, entre os bairros da Glória e da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, mantém-se há 106 anos um belíssimo monumento em homenagem ao Almirante Barroso e a outros homens do mar que morreram na Batalha do Riachuelo. A imponente estátua de Barroso apoia-se num imenso suporte de alvenaria, revestido por um granito branco, no qual o artista, Correia Lima, distribuiu destacadas e centralizadas placas com os nomes dos principais navios de guerra e imagens de oficiais vitimados naquela batalha.

Entre outras peças de rara beleza destacam-se em bronze a imagem em relevo da batalha, muito próxima à obra de Victor Meirelles, e mais dois rostos em perfil, que estão logo abaixo à estátua de Barroso. São peças riquíssimas e muito bem trabalhadas. A primeira imagem é a do jovem guarda-marinha Greenhalg, que morreu abraçado

* Artigo recebido em 25 de maio de 2015 e aprovado para publicação em 01 de junho de 2015.

à bandeira brasileira. A segunda mira a charmosa alameda central da bela praça. Trata-se do perfil do rosto de Marcílio Dias, o marinheiro mais homenageado na história da Marinha de Guerra. Talvez, o nosso primeiro herói nacional.¹

Como quando vemos o nome de alguém numa placa e desconhecemos o homenageado, é hora de ligarmos a face em perfil do monumento ao ato de bravura que o imortalizou. Enfim, quem foi Marcílio Dias? Quando nasceu? Qual sua origem? Por que um marinheiro, o único homem negro e de cabelo carapinha naquele monumento, tinha posição tão privilegiada, logo abaixo da figura de um dos mais famosos heróis da Marinha de Guerra; Força Armada, importante lembrar, que mais reunia filhos da nobreza no seu oficialato? Estas são algumas das perguntas que tentaremos responder aqui, investigando uma trajetória marcada por aventuras e atos de bravura, tornando-se uma referência na memória das pessoas mais diversas e um exemplo sempre acionado pelos oficiais quando o assunto era ensinar disciplina aos marinheiros mais jovens.

A BATALHA DO RIACHUELO E MARCÍLIO DIAS

Quando partiu para o *front* de batalha, Marcílio Dias certamente pensava em voltar para seus familiares; nada diferente do esperado por milhares de homens do mar e soldados do Exército. A guerra havia de ser rápida, como tanto se imaginou,² e eles voltariam salvos das armas inimigas, inteiros para tocarem suas vidas e com um repertório imenso de histórias da guerra para contar a familiares, amigos e vizinhos. Por isso, creio que Marcílio Dias não pretendia ser reconhecido como um herói; um nome que venceria ao esquecimento, mesmo que passados 150 anos da batalha que o imortalizou. Mas nem tudo aconteceu como esperado.

Em Paissandu, Marcílio Dias começou a se destacar. Em meio à guerra civil uruguaia, que opunha *blancos*³ e *colorados*,⁴ foi rechaçada a renovação dos tratados de Comércio e Navegação, de 1851, por parte do governo *Blanco*, que estava no poder. A livre

navegação por rios importantes da bacia do Prata estava suspensa aos navios brasileiros com essa negativa. Além disso, os interesses de pecuaristas gaúchos localizados naquele país estavam sendo prejudicados. Sob as ordens e olhos de Aguirre, os tratados de navegação foram queimados em praça pública e a bandeira brasileira arrastada pelas ruas de Paissandu. Esses dois atos abalaram fortemente o Almirante Tamandaré e muitos brasileiros que liam as notícias no Brasil. Foi, então, aquela cidade uruguaia a primeira invadida pelas forças brasileiras.⁵ Com a tomada, em 2 de dezembro de 1864, Marcílio Dias subiu até o alto da igreja da cidade de Paissandu e gritou “vitória” tremulando a bandeira brasileira.

Creio que esse primeiro episódio animou ainda mais seu espírito de bravura, comum aos guerreiros, e despertou-lhe o sentimento de ser um nacional, um brasileiro. Sentimento que ainda não havia brotado entre os brasileiros desde a independência, como surgia naquele momento.⁶ Sendo um homem negro, imperial marinheiro, defensor do território nacional e respectivo povo, deve ter Marcílio Dias se enchido de júbilo e orgulho por demonstrar que era um brasileiro capaz de zelar pela pátria como qualquer outro homem, independente da sua cor. Tudo isso deve ter-lhe animado para enfrentar, como enfrentou, sua mais dura e fatal batalha.

No dia 11 de junho de 1865, as esquadras paraguaia e brasileira se encontraram no rio Paraná, próximo ao Rio Riachuelo, em Corrientes, atual Argentina. Era manhã de domingo, e os paraguaios haviam descido o rio a fim de surpreenderem os brasileiros fundeados nessa região. Durante o combate, o *Jequitinhonha*, da esquadra brasileira, encalhou, dificultando a formação em linha das embarcações. A canhoeira *Parnahyba*, que estava atrás, também ficou isolada das demais, tornando-se alvo fácil ao lado da *Jequitinhonha*. Dois navios vapores paraguaios, o *Taquary* e o *Salto*, notando esta situação, abordaram a *Parnahyba* a bombordo e a estibordo respectivamente. A partir daí foi o início do combate no convés da *Parnahyba*. Centenas de homens digladiando a fim de salvar suas próprias vidas e tomar ou manter o poder sobre o navio. Segundo o co-



mandante da *Parnahyba*, a situação tornou-se “crítica com a abordagem do Marques de Olinda”, navio brasileiro que fora apresado pelos paraguaios meses antes.

Naquelas próximas horas de domingo, marcadas por um sanguinolento conflito, começaram a surgir aqueles que seriam lembrados como heróis da Batalha do Riachuelo. No momento em que os tremores provocados por uma ansiedade corrosiva informam quantos minutos ou segundos faltam para as baionetas e projéteis perfurarem corpos, espadas cortarem a carne dos combatentes e o sangue a tingir o convés. Manter-se vivo através da morte do inimigo tornou-se o objetivo.

Terminado o conflito, corpos expirados e feridos espalhavam-se pelos conveses dos navios, outros foram tragados e levados pela correnteza do rio. Vários desses homens, fossem oficiais, sargentos, soldados e marinheiros, tiveram seus nomes sublinhados pelo oficial comandante da *Parnahyba*, em sua parte⁷ diária escrita dois dias após o fim da batalha. Percebe-se naquelas linhas o peso do momento para um comandante ao avaliar os prejuízos daquele combate. Embora fale e trate de diversos indivíduos ao longo do seu relato, algo salta aos olhos do leitor. Ele reservou quantidade expressiva e destacada de linhas para um marinheiro de 1ª classe. Dizia o comandante do *Parnahyba*, o oficial Aurélio Garcindo de Sá,

O imperial marinheiro de 1ª classe Marsilio (*sic*) Dias, que tanto se distinguira nos ataques de Payssandu, imortalizou-se ainda nesse dia. Chefe do rodízio raído, abandonou-o somente quando fomos abordados para sustentar braço a braço a luta do sabre com quatro paraguayos. Consegui matar dois, mas tive de sucumbir aos golpes dos outros dois. Seu corpo, crivado de horríveis cutiladas, foi por nós piedosamente recolhido, e só exalou o último suspiro ontem pelas 2 horas da tarde, havendo-se-lhe prestado os socorros de que se tornara a praça mais distinta da *Parnahyba*. Hoje, pelas 10 horas da manhã, foi sepultado com rigorosa formalidade no Rio

Paraná, por não termos embarcação própria para conduzir seu cadáver à terra.⁸

O depoimento destacava e coroava um entre aqueles que não se deixaram abater pelo desespero que a abordagem dos três navios paraguayos despertou e assim mantiveram-se lutando até o fim. Embora a memória fale que a luta foi somente de glórias, muitos tremeram na ocasião e abandonaram o principal objetivo de estarem ali. O mesmo Comandante Aurélio Garcindo de Sá certamente leu os apontamentos do *Livro de Bordo* do navio sob seu comando, geralmente redigido por oficial mais jovem, onde encontrou registros de marinheiros que se jogaram ao rio para abandonar o conflito, aumentando ainda mais a pressão sobre aqueles que permaneceram lutando. O Cabo Antonio Bernardo, cuja posição denota mais anos de navegação que a maioria dos marinheiros, “atirou-se ao rio [...] dando a maior prova de covardia”.⁹ Entre os onze “extraviados”, que possivelmente morreram e foram tragados pelo rio, havia pessoas como Antonio Bernardo que aproveitaram aquelas águas para fugir da batalha.

Assim, pela violência do conflito e desespero demonstrado por alguns, podemos entender a expressão de pesar do comandante da *Parnahyba*. Era o reconhecimento pelo feito de Marinheiro Marcílio Dias, que havia se destacado por sua bravura e dedicação à causa da guerra. O relato é importante por descrever o ato que imortalizou o marinheiro, e pelo zelo que tiveram com seu corpo, carregando-o “piedosamente”, cuidando das “horríveis cutiladas” e, finalmente, sepultando-o “com rigorosa formalidade”. Em suma, era como ver nascer uma peça valiosíssima e tratá-la com todo cuidado e dedicação até a hora do sepultamento.

É importante notar que este trecho foi escrito pelo comandante dois dias após a batalha do Riachuelo, em meio a dezenas de atividades que haviam de ser realizadas para dar conta de todas as baixas trazidas por uma batalha (saber quantos morreram, quem estava ferido ou desaparecera, consertar os estragos feitos no navio e no material bélico etc.). Em outras palavras, ele

escrevera aproximadamente cinco páginas, contando o ocorrido, e ainda reservou uma quantidade maior de linhas para Marcílio Dias do que para oficiais e marinheiros mortos na batalha. Esta parte foi encaminhada ao Comandante Barroso, o Barão do Amazonas, chefe da esquadra na região. Daí por diante ela foi parar na imprensa do Rio de Janeiro em 30 de junho de 1865 através do *Jornal do Commercio*, que é reproduzida em 1 de julho pelo *Diário de Notícias*. A parte oficial do chefe da esquadra não falou em Marcílio Dias, mas a publicação da parte do comandante da *Parnahyba* na imprensa iniciou o processo que transformou o marinheiro em herói.

Uma figura realmente estranha ao rol dos heróis: marinheiro não era oficial. Marcílio Dias estava longe de ser um daqueles entendidos por “grandes homens”,¹⁰ um chefe militar tal qual Tamandaré ou Barroso. Não possuía a espada do oficialato, nem liderara grupo algum de homens no *front* de batalha. Carregava nos braços a patente de marinheiro de 1ª classe, com especialização em artilharia. Parava por aí. Sua passagem na Marinha foi tão comum aos demais marinheiros que o mais difícil foi encontrar fontes que dessem conta de sua vida profissional e familiar. Seus biógrafos realizaram exercício hercúleo para ocupar as lacunas que preenchem a história do herói – como a data do seu nascimento, quem eram realmente seus pais e qual a sua naturalidade. Procurou-se escrever a história de um “bravo”, mas a documentação da Marinha não ajudava. Sabia-se somente que havia patrocinado o momento de maior heroísmo na batalha do Riachuelo.¹¹ Herói que o país ainda não possuía naquela época.

A história do *Parnahyba* levou a declarações públicas de júbilo e orgulho por parte de poetas, jornalistas e políticos. Aquele combate repleto de cenas de valentia, superação, bravura e dor parecem ter mexido com sentimentos de patriotismo daquelas pessoas que, na distante Corte, procuravam explicitá-los em qualquer jornal ou revista.¹² O jovem Joaquim Nabuco o fizera nas páginas da *Semana Ilustrada* de 17 de setembro de 1865. Dizia ele, em verso, “Avante, heróis brasileiros! Ide vingar nossos brios, e voltai

cheios de glória, ou sublimai a vitória, nas sepulturas dos rios”.¹³ Em dezembro do mesmo ano, a esposa de um futuro almirante, Adélia Josefina de Castro Fonseca, publicou na revista *Bazar Volante* as seguintes linhas: “Choras a Marcílio Dias [...] choras porque ainda julgas ouvir do heroísmo o grito, que o teu raro Benedito soltou na hora final”.¹⁴ Em setembro de 1865, a *Revue Maritime* também citou o heroísmo da *Parnahyba*.¹⁵ O ato de Marcílio Dias é narrado com zeloso respeito. Aparece como o mais destacado entre todos os demais participantes da batalha.

Não tardou para a Marinha lançar o primeiro navio (entre futuros outros) com o nome Marcílio Dias, já em agosto de 1865. O chefe de divisão Antonio Leocádio do Couto disse ter sido “em homenagem ao valor e denodo com que o imperial marinheiro [...] se tornou notável no ataque do Riachuelo [...] e na tomada de Paissandu”.¹⁶ E, finalmente, a Marinha também concedeu uma pensão à Luiza Francisca Dias, irmã do marinheiro morto em Riachuelo.¹⁷ Era o começo de uma memória espetacular, mesmo sendo o falecido um homem negro, pobre, e com presumível antepassado escravo.

FORROS, LIVRES E ESCRAVOS NA MARINHA DE GUERRA

Marcílio Dias estava longe de ser um caso raro de marinheiro negro vestindo a farda branca da Marinha de Guerra. Milhares de homens, rapazes e garotos negros foram recrutados, alistaram-se voluntariamente ou estiveram inscritos nas escolas de aprendizes, por parte dos pais, tutores ou enviados por autoridades policiais e judiciárias. Na verdade, pelos dados que temos, tripularam a maioria das embarcações como marinheiros, cabos e sargentos.¹⁸ Não há exemplos de oficiais negros, pelo menos nos séculos XIX e no início do XX.

A pequena quantidade de voluntários levou a Marinha a manter o recrutamento forçado militar e mesmo a criar as escolas de aprendizes, com as quais poderia ela recrutar crianças pobres, órfãs e necessitadas, na esperança de transformá-las em homens do mar profissionalizados e disciplinados. Estas duas formas de incorporação

na Armada permitiu a chegada de diversos homens negros, livres, libertos ou não em seus quartéis. Um exemplo de escravo fugido que se tornou exemplo de bravura e herói na Batalha do Riachuelo como ocorrera a Marcílio Dias foi descrito pelo patrono da Marinha de Guerra, o Almirante Tamandaré. Em seu ofício, de 14 de novembro de 1865, o chefe da Força Naval no Rio de Prata reforça uma ideia cara num momento vitorioso: falar de um valoroso marinheiro negro, mas também escravo fugido. Por isso, propõe formas de como

se dar a liberdade ao escravo que combateu com denodo no dia 11 de junho ao lado de sua guarnição. Este homem se acha a bordo da Corveta Nichteroy e deve concluir a campanha que por acaso encetou, mas na qual já se portou bem. Toda a corporação se acha pronta a subescrever a quantia necessária para indenizar-se ao proprietário do escravo do seu valor, se o governo imperial, como é digno de ser, não preferir dar-lhe a carta de liberdade, como prêmio por sua bravura¹⁹

Este não foi o único caso de escravo fugido encontrado nas Forças Armadas. Vários foram registrados pela historiografia na Marinha e no Exército.²⁰ Eles começaram a entrar na Marinha de Guerra no início do século XIX, em momentos nos quais o processo de formação da nação e da centralização monárquica opunha, no limite, políticos conservadores e liberais, em meio a revoltas separatistas e a governos claudicantes. Esses foram momentos oportunos para fuga e incorporação, fosse nas forças leais ao governo ou nas separatistas. Nada, contudo, estava seguro: o escravo fugido precisava conquistar a vitória na guerra, pois ela seria também a sua. O exército que oferecesse a liberdade seria o escolhido, e a partir disso o escravo o defenderia de todas as formas possíveis. Durante a guerra do Paraguai, encontrei 25 casos de escravos reclamados por seus senhores que já haviam assentado praça ou estavam próximos de fazê-lo.²¹

Além desses, havia aqueles escravos que sorrateiramente assentavam praça em períodos entre crises. Mesmo assim, os senhores poderiam enfrentar problemas para os terem restituídos ao seu domínio. Segundo Emilia Viotti da Costa, muitos avisos do Ministério da Justiça foram distribuídos às secretarias de polícia no pós-guerra, informando como deviam agir em casos semelhantes. Em um desses avisos, de 9 de fevereiro de 1870, o ministro da Marinha dizia “que um indivíduo que se achava há mais de três anos no gozo de sua liberdade, e como livre servira na Armada, não só não deveria ser entregue à sua senhora que o reclamava como escravo, como deveria ser posto em liberdade”.²²

A sanha pelos prêmios pagos aos policiais e agentes de alistamento animava a truculência dos alistadores, que muitas vezes capturavam escravos como recrutas. Se o escravo não revelasse sua condição nem fosse reconhecido, o agora recruta chegaria ao chefe de polícia, e daí por diante somente o escravo poderia optar entre ser recruta para a Armada ou retornar ao cativeiro. Claro que havia sinais importantes a serem vistos e investigados, como a cor da pele, a vestimenta, os trajes, que sem sombra de dúvida auxiliavam na diferenciação entre uns e outros naquela sociedade. O sinal mais gritante, contudo, eram as marcas de castigos correccionais em homens negros, muito comum em escravos. Mas nem isso evitava a incorporação de um escravo fugido.²³ Marcílio Dias não era escravo, mas caiu nas teias dos recrutadores de plantão.

QUEM FOI MARCÍLIO DIAS?

É difícil sabermos maiores informações que as trazidas em raros documentos.²⁴ Temos poucas biografias, escritas há muito tempo, que prescindem dos recursos atuais da historiografia. Não à toa, a obra de Dídio Costa sobre Marcílio Dias tem a maior parte das suas 107 páginas reservadas a narrativas sobre a Guerra do Paraguai e às homenagens *post-mortem*. São quase inexistentes aquelas esperadas pelo leitor acerca da vida mesma do marinheiro.²⁵ Sabia-se somente que havia entrado para a

Marinha aos 17 anos, sendo filho de Manoel Fagundes Dias, e apresentava bom comportamento enquanto marinheiro. Eram as informações mais precisas que se tinha, pois haviam sido recolhidas nas páginas do Livro de Socorros da Companhia de Imperiais Marinheiros a qual Marcílio Dias²⁶.

Não foi o caso de Marcílio Dias, mas geralmente o nome das mães eram os mais comuns de aparecer, pois elas levavam e apresentavam seus filhos às principais autoridades (delegados, juizes ou oficiais) que intermediavam a incorporação do jovem junto à Marinha ou ao Exército. Muitos rapazes desconheciam seus pais e os declaravam “incógnitos” no momento em que seus dados eram registrados nos Livros de Socorros.²⁷ A presença do pai de Marcílio Dias poderia significar que a família não se desfizera e mantinha-se unida. É curioso o fato de sua mãe não aparecer em nenhum documento.

Os registros nos Livros de Socorros poderiam ser incompletos, pois dependiam da paciência, interesse e zelo de quem os lançava. No caso de Marcílio Dias, o primeiro a registrar seus passos na Marinha deixou de redigir a data do nascimento, os sinais característicos e o dia do assentamento. Somente quando Marcílio Dias passou para outro navio, o *Recife*, é que algumas destas informações foram registradas. Foi assim que se descobriu ser ele solteiro, cor “pardo-escuro”, olhos pretos, cabelos castanhos e tinha altura de “5 pés e 2 polegadas”.²⁸ Houve dúvidas recorrentes para se saber sua naturalidade. Mangaratiba, atual município do estado do Rio de Janeiro, reivindicou ser Marcílio Dias mangaratibense, vindo ao mundo em 1844. Edgar Fontoura pesquisou bastante a respeito e tinha dúvidas se Marcílio Dias nascera em 1838 ou 1844, e que era natural da cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul.²⁹ Também este pesquisador encontrou documentos que atestavam o nome da mãe do marinheiro (Maria Pulcena Dias) e dos avós.

Outra informação importante acerca da incorporação veio por meio de uma solicitação feita por Didio Costa à Divisão de História Marítima do Brasil, cujo diretor à época era Levy Scavarda, em 1943.³⁰ Durante o sé-

culo XIX, havia três formas de incorporação de marinheiros. O voluntário, a matrícula de menores nas Escolas de Aprendizes Marinheiros espalhadas pelo país e, a mais recorrente até o meado daquele século, o Recrutamento Forçado Militar. Das três formas, a última foi a mais utilizada, sendo posteriormente ultrapassada pela segunda. O número de marinheiros voluntários era insignificante em qualquer estatística. Na verdade, a Marinha era reconhecida pelos baixos soldos, por manter marinheiros distantes dos familiares, com um tempo de serviço militar obrigatório de no mínimo 9 anos, e por utilizar castigos corporais como método disciplinador. Quando não havia voluntários e o número de menores era baixo, a solução era pagar delegados, policiais, oficiais e até homens livres por cada indivíduo literalmente “caçado” para compor a tripulação dos navios – era o Recrutamento Forçado Militar.³¹ Marcílio Dias chegou à Marinha “recrutado”.

Levy Scavarda encontrou esta informação através de dois ofícios. Ficou claro que o marinheiro fora enviado pelo juiz municipal ao capitão do porto da cidade do Rio Grande em 30 de julho de 1855, e no dia seguinte tomou o rumo da Corte através do pacote a vapor *Tocantins*. Em 6 de agosto do mesmo ano já estava fazendo o juramento à bandeira nacional e sendo incorporado à Marinha. Ou seja, em 7 dias tornara-se marinheiro. Recebeu instruções por quatro meses até ser embarcado na fragata *Constituição* em janeiro de 1856.³² O mais interessante de tudo isso é que dois sobrinhos de Marcílio Dias, Leopoldino Higino do Sacramento, de 9 anos de idade, e João Anastácio do Sacramento, de 13 anos, foram arrebatados da casa da mãe “contra” a vontade dela na cidade de Pelotas, em 12 de março de 1866, “por ordem do delegado de Polícia daquela cidade e remetido ao Capitão do Porto do Rio Grande, que o enviou a repartição da Marinha” da Corte. Um ato covarde, truculento e contrário a todas as leis, inclusive.

Os dois foram incorporados. A Capitania dos Portos que remeteu Marcílio Dias para a Marinha fizera o mesmo com seus sobrinhos, menos de um ano após a morte do herói do Riachuelo. Ou seja, será que o he-



rói do Riachuelo teve o mesmo tratamento truculento que tiveram seus dois sobrinhos anos depois? A fim de não ver para crer, sua irmã viajou para a Corte a fim de reaver os filhos menores, pois os dois outros maiores já haviam se alistado voluntariamente no Exército.³³ A irmã de Marcílio Dias, após perder o irmão, correu o sério risco de perder também os quatro filhos numa mesma guerra.

O comportamento disciplinar de Marcílio Dias parece ter sido mesmo exemplar quando vivo, por não encontrarmos registros de aplicação de castigos nas páginas do Livro de Socorros. Para termos uma ideia, alguns colegas de Marcílio Dias foram duramente castigados por faltas disciplinares. Antonio José dos Santos recebeu 200 chibatadas por insubordinação, deserção e por ter “se armado de uma navalha de marinheiro quando o comandante ordenou tirar a camisa, sendo preciso para receber o castigo ser amarrado”.³⁴ José Gouvêa da Silva foi “castigado em 25 de janeiro de 1865 com 25 chibatadas por prática de atos imorais”, que poderia ser masturbação ou, mais comumente, relações homoeróticas.³⁵ Castigo mais severo pela mesma falta disciplinar recebeu Felio Lamiano Batalha Monteiro, que foi “castigado com 175 chibatadas por ser encontrado no porão com o grumete Benedicto Mauricio do Espírito Santo para atos imorais” além de recusar-se a tirar a camisa para receber o castigo.³⁶ Dionizio Marcelino sofreu castigo duas vezes com chibata, por estar embriagado e levar aguardente para bordo.³⁷ Marcílio Dias certamente estava formado com a guarnição da *Parnahyba* no momento em que estes castigos foram aplicados. Tudo leva a crer que Marcílio Dias mantinha comportamento de um disciplinado.

O 11 DE JUNHO E O CIDADÃO EXEMPLAR

Desde o fim da guerra, anualmente os jornais lembravam o 11 de Junho, o dia da Batalha do Riachuelo. Lado a lado sempre estavam os nomes do Almirante Barroso e do Marinheiro Marcílio Dias, do mais alto ao mais baixo posto dentro da Marinha, respectivamente. Conforme o centenário do nascimento do almirante, em 1903,³⁸ foi se

aproximando; cidadãos comuns e letrados começaram a propor iniciativas, que reverenciassem a memória dos heróis da guerra do Paraguai, para além de uma nota na segunda ou terceira página dos jornais no dia 11 de junho.

Embora os objetivos aqui sejam modestos,³⁹ percebi uma certa comunhão no discurso daqueles homens e mulheres que me interessa discutir nas páginas seguintes. Proponho perceber a dinâmica das construções e reconstruções da imagem de uma personalidade no tempo; imagem essa transformada em conceito, aplicado como exemplo em textos diversos, para solucionar situações complexas daquele cotidiano, e por isso mesmo reveladores do horizonte de expectativas⁴⁰ das pessoas que acionavam a memória dessas mesmas personalidades. Oficiais da Marinha de Guerra, políticos, cronistas, leitores de jornais etc. viveram uma contemporaneidade marcada pela memória recente da guerra do Paraguai, pela reformulação de uma sociedade cujas relações sociais ainda estavam impregnadas de valores e costumes escravistas⁴¹ e pelos primeiros passos trôpegos, na aventura de se consolidar um sistema de governo novo e moderno.⁴² Os heróis do Paraguai, na palavras deles, tornavam-se conceitos de comportamento ideais para aquela conjuntura.

O conceito utilizado através da imagem de Marcílio Dias, que nos interessa aqui, foi o de *cidadão exemplar*, sinônimo de respeito à disciplina, às leis e à ordem, de amor à pátria e à nação. Seus atos de bravura estavam acima das diferenças dos sistemas de governo, condensava o que se esperava de um defensor das fronteiras, da nação e das riquezas nacionais, era a referência a ser apreendida pelos estudantes das escolas civis e militares de baixa patente, tornou-se o homem negro comum esperado após a escravidão (disciplinado, trabalhador e subserviente às regras).

Antes de nos debruçarmos na análise deste cidadão exemplar, é importante citar que inexistia, até então, um monumento que fizesse lembrar o Almirante Barroso, o Marinheiro Marcílio Dias e outros heróis (como o oficial Greenhalg). Nem os restos mortais do almirante estavam sepultados

no Brasil, mas no Uruguai; os de Marcílio Dias se desfizeram no Rio Paraná. Deveria ser uma iniciativa longa, com transladação de restos mortais, verba para construção do mausoléu, com pompa de monumento, inauguração...

A República havia iniciado um processo de propaganda do regime, e vários monumentos estavam sendo construídos e inaugurados em praças públicas,⁴³ mas a batalha vencida em pleno Império, assim como seus heróis careciam de uma homenagem que havia de ser erguida. Então, com a pressão em *meetings*, na criação de associações, formação de times de futebol, regata e até de peteca, distribuição de prêmios com os nomes dos heróis do Riachuelo, entre outras iniciativas,⁴⁴ novos assuntos passaram a noticiar o 11 de Junho na imprensa.

Uma das associações mais salientes era a Sociedade Beneficente Memória ao Almirante Barroso, com sede no colégio Felipe Nery, à Praça Onze, nº 141. Seu presidente possivelmente fosse o dono do colégio, Felipe Nery Pereira de Andrade. Essa associação ordenava missas no dia do passamento do almirante, criou a medalha “Almirante Barroso” e o “Prêmio Infantil Marcílio Dias” para homenagear os melhores alunos das escolas.⁴⁵

Ao acompanharmos os jornais, percebemos que nos quase quarenta anos que distavam a batalha do Riachuelo daquele início do século XX a memória da guerra e o sentimento cívico ainda pulsavam nas mentes de muitos brasileiros, independente de a dita glória reportar-se a um governo Monárquico.

Em 1902, surgiu o desejo de dar uma face ao herói falecido. O daguerreótipo já existia, mas não havia registro do rosto. Segundo Didio Costa, em 1902, o Capitão-tenente Santos Porto, diretor da *Revista Marítima Brasileira*, se debruçou sobre esta questão. Convocou oficiais, marinheiros e soldados contemporâneos a Marcílio Dias ainda vivos, para que estes rebuscassem “na memória os traços físicos, morais e intelectuais” que dessem ao artista a capacidade de reproduzir a face numa tela. Foi assim que Décio Vilares criou o retrato de Marcílio Dias, oficialmente aceito pela Marinha e até hoje reproduzido em diversos espaços.⁴⁶ Nesse momento, então, o herói Marcílio

Dias já conseguia ter uma história memorável e um retrato, mesmo que não tenha sido um voluntário.

Neste mesmo ano de 1902, foi inaugurado o retrato de Marcílio Dias a bordo do cruzador *Barroso*. O guarda-marinha Brito e Cunha proferiu um discurso emocionado sobre o herói do Riachuelo, quando o almirante Maurity descortinou o retrato.⁴⁷ Após elogiar o denodo e o invejável exemplo de lealdade de Marcílio Dias, Brito e Cunha nos brindou com um trecho que revela a tentativa de incutir entre os marinheiros um sentimento quase religioso por Marcílio Dias.

Olhai-o bem, e sempre, para que, fitando-o, se vos reviva a cada instante na memória aqueles três sagrados deveres de que foi ele em vida um fiel e exato cumpridor! E quando, no mais recessos canto de vosso coração alguma dor vos aflija, pedi-lhe lágrimas que, mitigando-a, vos lave da mente qualquer sinistro pensamento de menos nobre vingança; se o ânimo vos desfalecer em algum transe amargo, pedi-lhe coragem para afronta-lo com calma; se um sofrimento físico pungente vos torturar a existência, pedi-lhe para as crises cruciantes, o bálsamo divino da resignação.⁴⁸

À primeira vista, pode parecer um padre num sermão. Ou seja, o herói confundia-se com um santo. Mas, na verdade, tendo Marcílio Dias uma história de vida tão invejável, parece que Brito e Cunha esperava que a mentalização nela faria os demais marinheiros trilharem o caminho sempre esperado pelos oficiais; e que o herói do Riachuelo deu provas sobejas de bem construí-la até em sua morte. Esta adoração ao retrato de Marcílio Dias não era à toa. Como vimos acima, três marinheiros sofreram o castigo de chibata por cometerem faltas disciplinares. Na verdade, estes casos eram muito comuns e, em pesquisas anteriores, encontrei centenas de marinheiros castigados a bordo dos navios.⁴⁹ Havia homens que não se acostumavam a vida naval ou dela se desgostavam ao longo de suas carreiras, mas, independentemente de suas vontades,

estavam obrigados a permanecer na Armada por períodos não menores a 9 e 15 anos. Se avolumavam os conflitos provocados por embriaguez, jogo, roubo, libidinagem (“atos imorais”), desídia no serviço e desordem em terra (confusões nas ruas durante as licenças). Dependendo da gravidade do caso, o oficial lançava mão de um bom naipe de castigos, que iam da simples palmatória ao castigo de chibata, passando por golilha, prisão a ferros na solitária, espadadas etc. Havia legislação própria da Marinha para isso e, mesmo com algumas tentativas em se extinguir os castigos, eles perduraram até a Revolta dos Marinheiros de 1910.⁵⁰ Assim sendo, aquela cerimônia e o teor do discurso de Brito e Cunha tinham um sentido muito maior: inserir o espírito de um *cidadão exemplar*, do qual Marcílio Dias tornou-se a maior referência.

CONCLUSÃO

Como bem demonstrou Hobsbawn,⁵¹ as tradições quando investigadas demonstram o quanto elas foram inventadas num determinado momento histórico. O Estado ou um grupo qualquer podem ter criado símbolos e cerimônias que ligam o presente ao passado, externando uma continuidade entre os dois tempos, dos quais o anterior enaltece uma áurea ideal, perfeita ou até mítica.⁵² E isto está expresso no texto de Brito e Cunha e na própria cerimônia a bordo do cruzador

Barroso. Ou seja, tentava levar as tripulações a mirarem um passado definido, um mito. E este passado mítico e ideal estava na vida de Marcílio Dias, a quem todos deveriam seguir. Manter a imagem, o símbolo, a bordo dos navios e reproduzir sua memória tornavam-se atraentes para os oficiais, que desejavam extinguir conflitos e castigos na Marinha.

Isto não quer dizer que este fim fora previamente articulado. Na verdade, a memória de Marcílio Dias é iniciada notadamente no reconhecimento do que se esperava de um combatente, de um soldado, de um marinheiro. Eram aspirações puramente militares. Mas quarenta anos após sua morte, tornou-se um símbolo cada vez mais explorado por oficiais, políticos, membros de associações como um cidadão exemplar que pedagogicamente havia de ser passado aos demais. Principalmente num momento em que a Marinha estava recebendo investimentos maciços para melhor seleção dos candidatos a marinheiro e para compra de dezenas de novos navios. Como bem pensou Celso Castro, as tradições podem ser inventadas, mas isso não é tudo. Há também uma “tradição de invenções” pois os símbolos são “permanentemente reinventados e atualizados em diferentes contextos históricos”.⁵³ Basta-nos lembrar dos navios batizados de *Marcílio Dias*, dos poemas, do retrato a bordo dos navios da Armada e do perfil em bronze no monumento a Barroso, da Praça Paris.

FONTES

Arquivo Nacional

Brasil, Arquivo Nacional. *Dados biographicos ineditos de Marcílio Dias: um dos heroes da batalha naval do Riachuelo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1929.

Série Marinha – XM-660, XVII-M 3925

Série Marinha – XVII-M 3925

Série Marinha – XM-1132

Serviço de Documentação da Marinha

“Personalidades”, Pasta 59, Envelope 7-A. “Marcílio Dias: dados para sua história”.

BRITO E CUNHA, Eduardo. “Inauguração do retrato de Marcílio Dias a bordo do cruzador Barroso”. Separata da *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

Biblioteca nacional e Hemeroteca Digital

Jornal do Commercio.
Correio da Manhã.
Gazeta de Notícias
O Malho

BIBLIOGRAFIA

BEATTIE, Peter. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. Tradução Fábio Duarte Joly, São Paulo: Edusp, 2009

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2003.

_____. *A formação das almas*. (2ª ed.) São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jogo Zahar, 2002.

CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. *Disciplina na Armada Imperial a partir da Corveta "Trajano" (1873-1879)*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em História UNI-RIO, 2013.

COSTA, Didio. *Marcílio Dias, imperial marinheiro*. Rio de Janeiro: Mundomar, 1943.

COSTA, Emilia Viotti da. *Abolição*. São Paulo: Global, 1982.

CUNHA, Olivia Gomes da, e GOMES, Flavio dos Santos. *Quase-cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

FONTOURA, Edgar. *Marcílio Dias*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1935.

HOBSBAWM, Eric, e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006

LESSA, Renato. "A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina" in CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *A República no Catete*. Rio de Janeiro, Museu da República, 2001.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

_____. O vaivém da memória: Marcílio Dias e João Cândido na história. In: CARVALHO, José Murilo, e NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (orgs.) *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2009.

_____. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 2001, cap. 1.

_____. Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. *Estudos afro-asiáticos*. 2000, n.38, pp. 85-112.

_____. "Entre o justo e o injusto: o castigo corporal na Marinha de Guerra". In: Silvia Lara e Joseli Mendonça (orgs.) *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

SHARPE, Jim. História vista de baixo. In: Peter Burke (org). *A escrita da história*. São Paulo: EdUnesp, 1992.

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

- ¹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2003, p. 78. Segundo o autor, foi na guerra do Paraguai que "a imprensa começou também a tentar criar os primeiros heróis militares nacionais. Até então, o Brasil era um país sem heróis". Somente uma pesquisa mais extensa poderá avaliar qual foi o primeiro herói nacional criado pela imprensa ou eleito por leitores que expunham suas posições em colunas de jornais.
- ² DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p.
- ³ Partido que tinha a presidência do país nas mãos de Bernardo Berro, sucedido em 1864 por Atanásio Cruz Aguirre.
- ⁴ Cujo líder era Venâncio Flores e mais próximo aos interesses brasileiros.
- ⁵ Idem, pp. 45, 75-76, 560-563.
- ⁶ Idem, p. 461 e CARVALHO, José Murilo de. Op. cit, p. 78.
- ⁷ Documento escrito por todos os comandantes, no qual relata o dia-a-dia da embarcação e tripulação.
- ⁸ Arquivo Nacional – Série Marinha – XM-660, Doc. 15. Veja extratos desta parte em *Jornal do Commercio*, 30 de junho de 1865.
- ⁹ AN – Série Marinha – XVII-M 3925.
- ¹⁰ Sobre o assunto veja Jim Sharpe. História vista de baixo. In: Peter Burke (org). *A escrita da história*. São Paulo: EdUnesp, 1992.
- ¹¹ Brasil, Arquivo Nacional. *Dados biográficos inéditos de Marcílio Dias: um dos heróis da batalha naval do Riachuelo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1929. O interesse em escrever biografias sobre o marinheiro cresceu. E esforços foram realizados para coletar ou publicar os dados sobre sua vida. Já na década de 1920, o então diretor do Arquivo Nacional, Alcides Bezerra, usou de um dispositivo do regulamento da instituição, que mandava "come-morar certas datas por meio de publicações", para homenagear Marcílio Dias. O Arquivo havia recebido cerca de 16 mil volumes de documentos do acervo da Marinha de Guerra, em 1914, do que aproveitou seu diretor para vasculhar fontes relativas ao marinheiro. O resultado do extenso trabalho foi a publicação de um pequeno livro onde aparece toda a trajetória de Marcílio Dias na Marinha de Guerra, da incorporação à morte. Foram duas edições entre 1928 e 1929. O mais interessante disso tudo é que ainda hoje é possível ver o resultado desta investigação na documentação relativa ao marinheiro. O "Livro de Socorros" da *Parnahyba* encontra-se em ótimo estado de conservação, tendo cada página sido tratada e coberta por papel protetor. Procurava-se garantir que os poucos registros sobre ele fossem preservados eternamente.
- ¹² Veja um levantamento destas publicações em Didio Costa. *Marcílio Dias, imperial marinheiro*. Rio de Janeiro: Mundomar, 1943.
- ¹³ Idem, p. 93.
- ¹⁴ Idem, p. 94.
- ¹⁵ Idem, p. 98.
- ¹⁶ Idem, p. 84.
- ¹⁷ Arquivo Nacional – Série Marinha – XM-1132, doc 5.
- ¹⁸ NASCIMENTO, Álvaro P. do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 2001, cap. 1.
- ¹⁹ Arquivo Nacional – Série Marinha – XM 660.
- ²⁰ BEATTIE, Peter. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. Tradução Fábio Duarte Joly, São Paulo: Edusp, 2009, p. 93.
- ²¹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. *Estudos afro-asiáticos*. 2000, n. 38, pp. 85-112. O governo também comprou a liberdade de escravos para servirem na guerra. Sobre o assunto veja também SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- ²² COSTA, Emilia Vjotti da. *Abolição*. São Paulo: Global, 1982, p. 43.
- ²³ NASCIMENTO, Álvaro P. do. Do cativo ao mar... pp. 95-96. Veja o caso de Manoel Joaquim que, embora com marcas de escravos, conseguiu ser incorporado à Marinha de Guerra. O mais incrível é que as autoridades desconfiaram do caso: Segundo o chefe de polícia, "esse indivíduo não é desertor desse Corpo, e declara que os sinais que apresenta nas costas são devidos a castigos que recebeu quando escravo. Não obstante a declaração supra, manda-o apresentar à junta de saúde para ser inspecionado". Se estivesse mentindo ou um possível senhor não o reclamasse, Manoel Joaquim poderia viver o resto da vida tranquilo como imperial marinheiro.
- ²⁴ Parte do que segue nesse e no próximo sub-título resultam de pesquisa realizada no artigo seguinte: NASCIMENTO, Álvaro P. do. O vaivém da memória: Marcílio Dias e João Cândido na história. In: CARVALHO, José Murilo e NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (orgs.) *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2009.
- ²⁵ COSTA, Didio. Op cit.
- ²⁶ Espécie de livro registro de todas as passagens do marinheiro a bordo. Por ele é possível investigar o recebimento do soldo, as baixas por doença, as compras de uniforme, o recebimento de gratificações, a incorporação, os sinais característicos, etc.
- ²⁷ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada...* cap. 2.
- ²⁸ Brasil, Arquivo Nacional. *Dados biográficos...*
- ²⁹ FONTOURA, Edgar. *Marcílio Dias*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1935.
- ³⁰ Serviço de Documentação da Marinha. "Personalidades", Pasta 59, Envelope 7-A. "Marcílio Dias: dados para sua história".
- ³¹ Sobre o assunto, veja NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Op. cit.
- ³² Serviço de Documentação da Marinha. "Personalidades"...
- ³³ Arquivo Nacional – Série Marinha: XM-1132, doc 5.
- ³⁴ Arquivo Nacional – Série Marinha: XVII-M 3925, Livro de Socorros da *Parnahyba*, f. 121.
- ³⁵ Idem, f. 115.
- ³⁶ Idem, f. 159.

³⁷ Idem, f. 70.

³⁸ jornal Correio da Manhã, em 8 de dezembro de 1903, p. 5. O Almirante Manoel Francisco Barroso nasceu em Lisboa, Portugal, em 29 de setembro de 1803.

³⁹ A análise desse material gera uma dissertação de mestrado.

⁴⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006, p.16.

⁴¹ Sobre o assunto, veja diversos artigos em CUNHA, Olívia Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

⁴² LESSA, Renato. "A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina" in CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *A República no Catete*. Rio de Janeiro, Museu da República, 2001.

⁴³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. (2ª ed.) São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

⁴⁴ As diversas associações e times criados podem ser vistos nos jornais *Correio da Manhã*, *O Paiz*, a revista *O Malho* dentre outros. Acesse a Hemeroteca Digital, entre 1900 e 1930.

⁴⁵ *Correio da Manhã*, 11 de abril de 1904. A criança, de ambos os sexos, com até 13 anos de idade, que "maior número de cupons oferecer em memória dos heróis do Riachuelo", ganharia um velocípede de três rodas.

⁴⁶ Didio Costa. Op. cit, pp. 102-103.

⁴⁷ Eduardo Brito e Cunha "Inauguração do retrato de Marcílio Dias a bordo do cruzador Barroso". Separata da *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

⁴⁸ Idem, pp. 7-8.

⁴⁹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. Veja também de minha autoria *A ressaca da marujada...*

⁵⁰ Álvaro Pereira do Nascimento. "Entre o justo e o injusto: o castigo corporal na Marinha de Guerra". In: Sílvia Lara e Joseli Mendonça (orgs.) *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. Veja também CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. *Disciplina na Armada Imperial a partir da Corveta "Trajano" (1873-1879)*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Programa de pós graduação em História UNI-RIO, 2013.

⁵¹ Eric Hobsbawm e Terence Ranger. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁵² Celso Castro. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jogo Zahar, 2002.

⁵³ Idem, p.11.